



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CAPTURAS E DELEGACIAS ESPECIALIZADAS - DECADE
DIVISÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS E REGISTROS DIVERSOS - DPCRD

ALVARÁ PARA PRODUTOS QUÍMICOS CONTROLADOS
TRANSPORTES
EXERCÍCIO 2019.

Alvará N.º : 1.329 / 19

Empresa: REUNIDAS TRANSPORTADORA RODOVIARIA DE CARGAS S/A

Sito: RUA NELSON FRANCISCO N.º. 66 - BAIRRO DO LIMÃO-SÃO PAULO

C.N.P.J.: 83.083.428/0003-34

Representante: SELVINO CARAMORI FILHO

A empresa supra mencionada, de acordo com o que requereu, e após o pagamento das taxas devidas por lei, tem permissão desta Divisão de Produtos Controlados e Registros Diversos para funcionar no corrente exercício, sujeitando-se às disposições da Lei Estadual n.º 15.266, de 20 de dezembro de 2013, do Decreto Estadual n.º 6.911, de 19 de janeiro de 1935 e Decreto Federal n.º 3.665, de 20 de novembro de 2.000.

O PRESENTE ALVARÁ DEVERÁ SER RENOVADO ATÉ O ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS DE FEVEREIRO DO EXERCÍCIO SEGUINTE, CONFORME ARTIGO 10 DA LEI ESTADUAL 15.266, DE 20/12/2013.

São Paulo, 7 de fevereiro de 2019

Enéides Furtado Rodrigues
Escrivão de Polícia - Chefe

MAURO FACHINI CIFERRI

Delegado de Polícia Titular do
Serviço Técnico de Produtos Químicos

O PORTADOR DESTA LICENÇA OBRIGA-SE:

- 1 - Observar e cumprir rigorosamente o disposto no Decreto Estadual n.º 6.911/35 e no Decreto Federal n.º 3665/00, e legislação correlata.
- 2 - Comunicar imediatamente ao Órgão fiscalizador quando houver quaisquer alterações da razão social, dados cadastrais, local vistoriado, encerramento das atividades com produtos controlados ou qualquer outro evento de relevância.
- 3 - Esta licença é válida apenas para os produtos controlados de categoria 6-SSP/SP/Polícia Civil-DOE de 09/08/03, e que estejam relacionados no "Certificado de Vistoria" da DPCRD/DECADE. Para produtos controlados e fiscalizados pelo Exército Brasileiro e pelo Dpto. da Polícia Federal, os licenciamentos deverão ser providenciados, conforme a legislação em vigor, nos referidos Órgãos Públicos.